SC9857

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي

UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

Addis Ababa, ETHIOPIA P. O. Box 3243 Telephone : 011-551 7700 Fax : 011-551 7844

website : www. africa-union.org

CONSELHO EXECUTIVO
Vigésima-terceira Sessão Ordinária
19 – 23 de Maio de 2013
Adis Abeba, Etiópia

EX.CL/791(XXIII)
Original : Inglês

RELATÓRIO DA COMISSÃO SOBRE A AGENDA DE DESENVOLVIMENTO PÓS-2015:RUMO A UMA POSIÇÃO COMUM AFRICANA E MODALIDADES PARA O ESTABELECIMENTO DE UM COMITE DE CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO SOBRE AGENDA DE DESENVOLVIMENTO PÓS-2015

Introdução

1. À medida que a data limite de 2015 dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) se aproxima, é essencial fazer um balanço dos avanços que a África registou. Este relatório dos ODM de 2013 revela uma mistura de sucessos e fracassos, melhorias e desafios, inovações e obstáculos. Os progressos substanciais de África rumo a muitos objectivos, metas e indicadores são incontestáveis. Mas ainda persistem sérios desafios, especialmente no diz respeito a tradução do crescimento económico em oportunidades de trabalho digno, melhoria da prestação de serviços e minimização de renda, desigualdades do género e espaciais.

2. O lento progresso de África nos indicadores sociais pode estar ligado à incapacidade dos políticos em resolver o problema da insegurança alimentar no continente, o tema deste relatório. A insegurança alimentar em África antecede os ODM. Desde meados da década de 1980, o número de situações de emergência alimentar nos países africanos triplicou, e os desafios emergentes, tais como as alterações climáticas e agricultura subdesenvolvida só agravam o problema. Como é que este fenómeno afecta os outros ODM, especialmente aqueles que dizem respeito a saúde? E como é que um esforço concertado no sentido de melhorar a agricultura, distribuição de alimentos e nutrição aceleram o progresso rumo aos outros ODM?

3. A Tabela 1 resume o desempenho de África dos ODM e identifica os países com melhor desempenho por indicador. Os melhores desempenhos não são necessariamente aqueles que atingiram as metas, mas os que fizeram grandes melhorias das suas condições iniciais.

Tabela 1. Desempenho de África dos Objectivos do Desenvolvimento do Milénio num relance, 2013

Objectivo	Situação	Países com melhor desempenho, metas e indicadores seleccionados
Objectivo 1: Erradicar a pobreza extrema e a fome	Incumprido	Meta 1A: Egipto, Gabão, Guiné, Marrocos, Tunísia Meta 1B: Burkina Faso, Etiópia, Togo, Zimbabwe Meta 1C: Argélia, Benim, Egipto, Gana, Guiné-Bissau, Mali, África do Sul, Tunísia
Objectivo 2: Atingir a educação primária universal	Incumprido	Indicador 2.1: Argélia, Egipto, Ruanda, São Tomé e Príncipe Indicador 2.2: Gana, Marrocos, Tanzânia, Zâmbia
Objectivo 3: Promover a igualdade do género e capacitar a mulher	Em curso	Indicador 3.1: Gâmbia, Gana, Maurícias, Ruanda, São Tomé e Príncipe Indicador 3.2: Botswana, Etiópia, África do Sul Indicador 3.3: Angola, Moçambique, Ruanda, Seychelles, África do Sul
Objectivo 4: Reduzir a mortalidade da criança	Incumprido	Indicadores 4.1 e 4.2: Egipto, Libéria, Líbia, Malawi, Ruanda, Seychelles, Tunísia
Objectivo 5: Melhorar a saúde	Incumprido	Meta 5A: Guiné Equatorial, Egipto, Eritreia, Líbia,

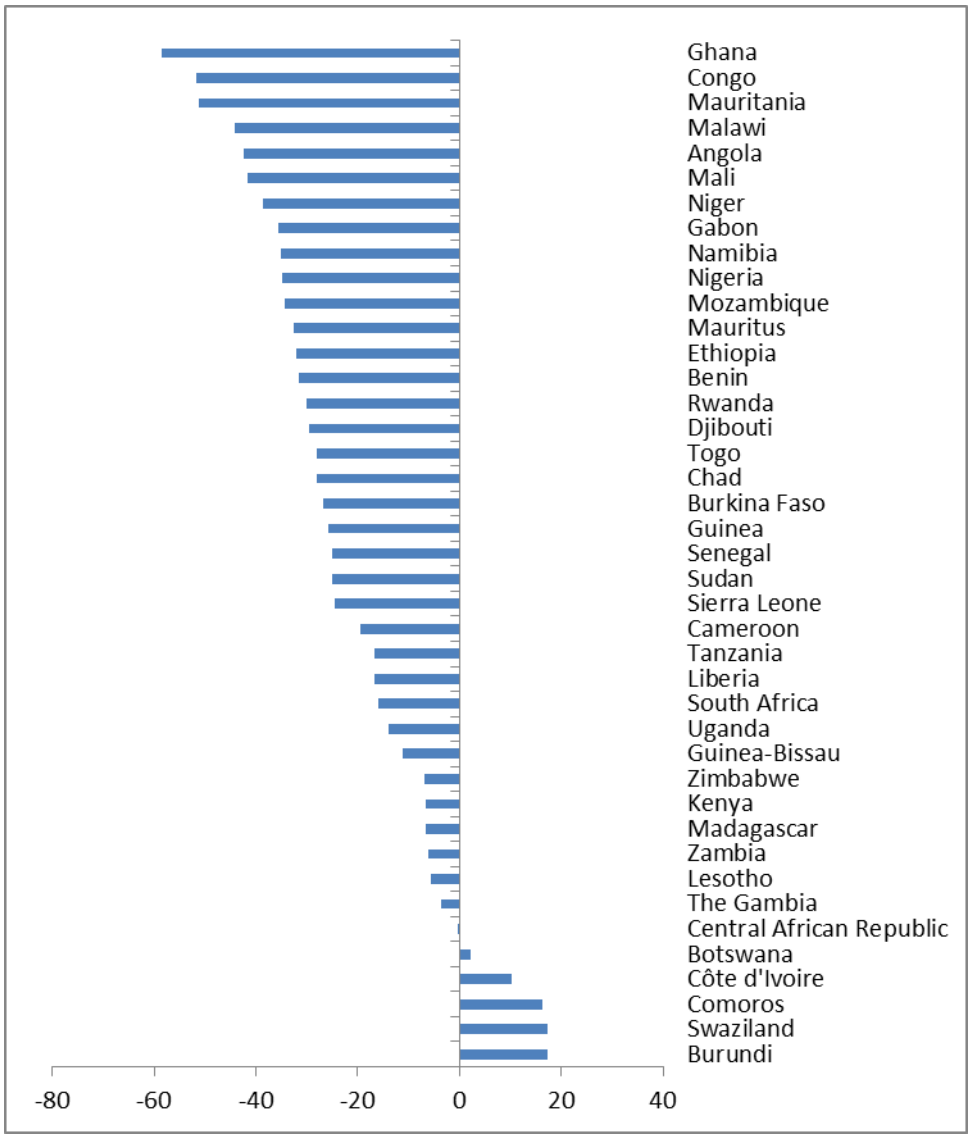
materna		Maurícias, Ruanda, São Tomé e Príncipe, Tunísia Meta 5B: Egipto, Gana, Guiné Bissau, Ruanda, África do Sul, Suazilândia
Objectivo 6: Combater o VIH/SIDA, TB, Malária e outras doenças	Em curso	Meta 6A: Côte d'Ivoire, Namíbia, África do Sul, Zimbabwe Meta 6B: Botswana, Comoros, Namíbia, Ruanda Meta 6C: Argélia, Cabo Verde, Egipto, Líbia Maurícias, São Tomé e Príncipe, Sudão, Tunísia
Objectivo 7: Assegurar a sustentabilidade ambiental	Incumprido	Meta 7A: Egipto, Gabão, Marrocos, Nigéria Meta 7C: Argélia, Botswana, Burkina Faso, Comoros, Egipto, Etiópia, Líbia, Mali, Maurícias, Namíbia, Suazilândia
Objectivo 8: Parceria global para o desenvolvimento	Incumprido	Meta 8F: Quénia, Líbia, Ruanda, Seychelles, Sudão, Uganda, Zâmbia

Fonte: Autores.

Redução da pobreza na cauda do crescimento

4. África é a segunda região que cresce mais rápido no mundo, e a pobreza diminuiu a um ritmo mais rápido desde 2005 do que nos anos anteriores (ou seja, 1990-2005), embora não tão rápido o suficiente para atingir a meta até 2015. A maioria dos trabalhadores tem empregos precários, com baixos salários e baixa produtividade. Uma elevada desigualdade e a estrutura enclave da maioria das economias africanas têm condicionado a relação entre crescimento e redução da pobreza. Ainda assim, a aceleração do crescimento do continente lhe proporciona uma oportunidade única para reduzir a pobreza e criar empregos por meio de intervenções políticas proactivas. A criação de empregos mais dignos mais rápido exige uma transformação estrutural das economias africanas - com políticas industriais ousadas que promovem a mais-valia e diversificação da economia.

Figura 1. Progresso na redução do Índice Global da Fome, 1990 –2012 (por cento)



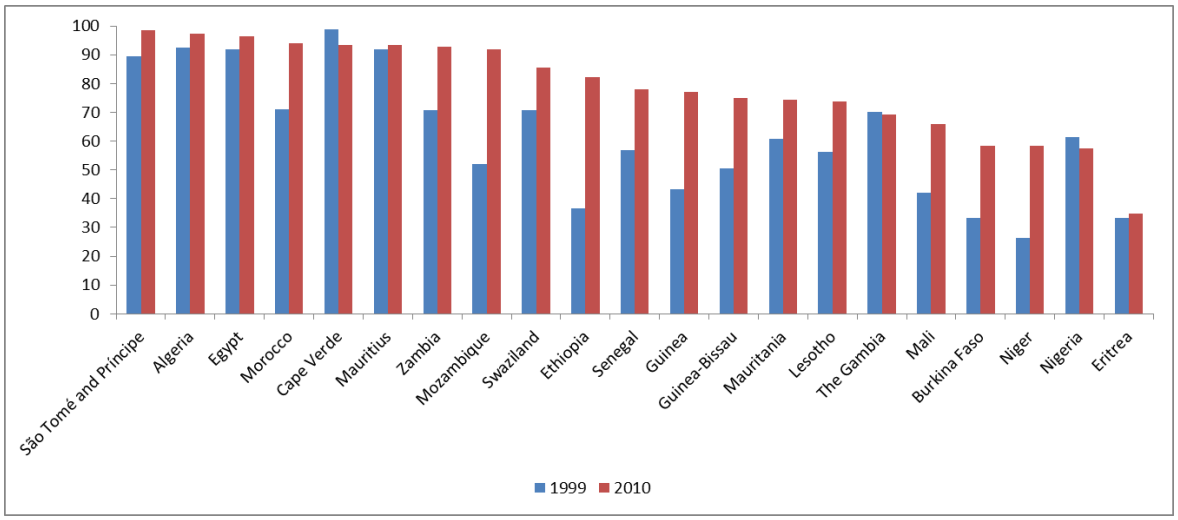
Fonte: Cálculos do autor com base no IFPRI, Concern Worldwide, e Welthunderhilfe (2012).

5. O desafio de insegurança alimentar em África manifesta-se pela alta prevalência da fome e da desnutrição, em particular entre as crianças. Os países africanos devem agir com base nas iniciativas existentes, tais como o Programa Integrado União Africana para o Desenvolvimento da Agricultura da em África, e concentrar-se nos aspectos multidimensionais da segurança alimentar para acelerar o progresso rumo à redução, pela metade, da fome e garantir a segurança alimentar.

Frequentar o ensino primário está a tornar-se norma, todavia, a qualidade de ensino ainda continua a ser um desafio

6. A maioria dos países alcançou a escolarização primária universal, com taxas acima de 90 por cento. Como resultado, espera-se o continente, como um todo, atinja o Objectivo 2. No entanto, a baixa taxa de conclusão e alta taxa de repetência permanecem um desafio. Na verdade, um em cada três alunos matriculados numa escola primária desiste de estudar. As razões para tal incluem a entrada tardia, a pobreza, a má qualidade de ensino e a falta de consciência da importância da escola. Cerca de 30 por cento de alunos com seis anos de escolaridade não conseguem ler uma frase, e as meninas são mais propensas a abandonar a escola do que os rapazes. Algumas boas notícias - programas de alimentação escolar e acesso a pré-escolas têm sido fundamentais na redução das taxas de abandono da escola.

Figura 2. Inscrição líquida no ensino primário, 1999 e 2010 (em percentagem)



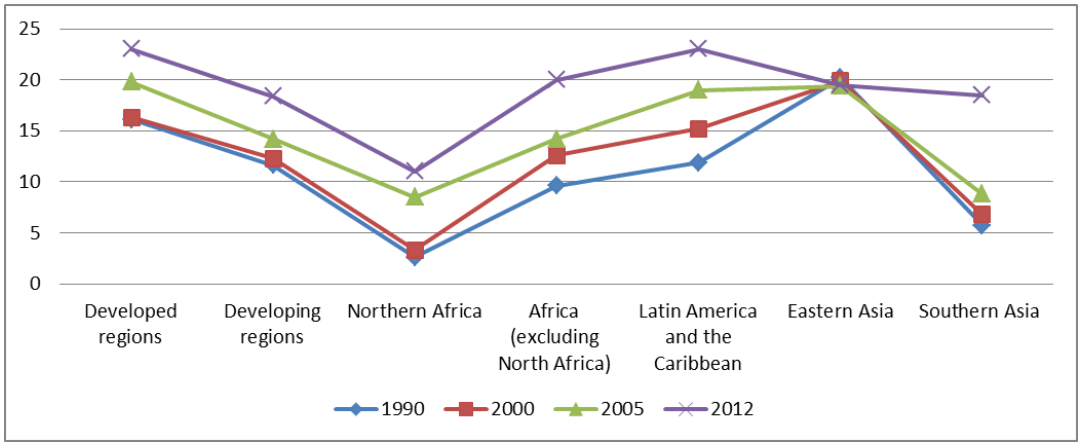
Fonte: Cálculos do autor com base no UNSD, actualizado em 2012.

Incentivar o progresso rumo à paridade do género

7. As mulheres em toda a África estão a tornar-se mais capacitadas, com mais meninas que frequentam tanto a escola primária e secundária e mais mulheres em posições do poder político. Quase metade dos países africanos alcançou a paridade do género no ensino primário. Em relação ao aos níveis secundário e terciário, também registou-se melhoria mas a existência de poucos dados torna difícil medir o progresso. Com cerca de 20 por cento de assentos ocupados por mulheres em 2012, a proporção de assentos ocupados por mulheres nos parlamentos nacionais em África é superada apenas pela América Latina e pelo Caribe. Enquanto a África

está a fazer grandes progressos rumo ao Objectivo 3, o casamento precoce, a dinâmica do poder familiar e poucas oportunidades económicas para as mulheres, estão a retardar o progresso. É preciso superar estes desafios para que a África possa alcançar todas as metas e indicadores até 2015.

Figura 3. Proporção de assentos mantidos por mulheres nos parlamentos nacionais



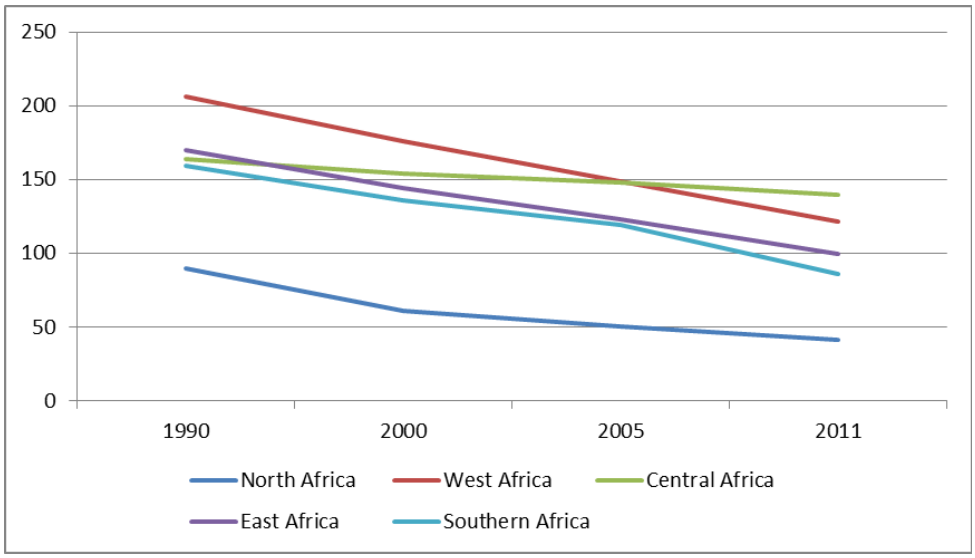
Fonte: Cálculos do autor com base na ONU(2012).

Apesar dos avanços registados, África ainda tem o maior fardo de mortalidade maternal e infantil

8. Nos últimos anos, tanto a taxa de África de mortalidade de crianças menores de cinco anos de idade como a de mortalidade materna diminuíram de forma significativa. Durante o período entre 1990-2011, o continente reduziu a taxa de mortalidade de crianças menores de cinco anos de idade em 47 por cento. Todavia, uma quantidade injustificável de crianças e mulheres grávidas ainda morrem anualmente devido a causas que podem ser evitadas.

9. África continua a reduzir de forma progressiva a sua taxa de mortalidade de crianças menores de cinco anos, de 146 mortes por mil nados vivos para 91 mortes entre 1990-2011, ou seja, 2,2 por cento por ano. Mas este avanço não é suficiente. Alguns dos factores que contribuem para a realização inadequada de África dos ODM da Saúde da Criança incluem fracos sistemas de saúde (barreiras físicas e financeiras para os serviços essenciais de saúde, falta de medicamentos, fracos recursos humanos) e fracas condições como determinantes da saúde (educação familiar, renda, práticas nutricionais inadequadas e insuficientes e fracas instalações de saneamento).

Figura 4. Taxa de mortalidade de crianças menores de 5 anos por região, 1990–2011



Fonte: Cálculos do autor com base no UNSD
Nota: Dados aferidos pela contribuição do grupo etário 0–4.

10. A mortalidade materna ainda é desproporcionalmente elevada em África, com uma estimativa de 164.800 mortes ocorridas em 2010. As causas da mortalidade e morbidade materna são bem conhecidas e, principalmente, é resultado da incapacidade de um determinado sistema de saúde lidar eficazmente com complicações, especialmente durante ou logo após o parto. A disponibilidade de profissionais de saúde qualificados é fundamental para garantir alta qualidade de serviços cuidados pré-natais, de parto e serviços obstétricos de emergência e de cuidados pós-natais. Com esforços ferozes na luta contra as principais causas de mortalidade materna e proporcionando maior acesso a cuidados saúde reprodutiva de qualidade, os países africanos podem acelerar o seu progresso na redução da mortalidade materna. Para fazer isso, eles devem melhorar a precisão de seus sistemas de registo civil que faz acompanhamento da mortalidade materna, permitindo intervenções mais específicas.

Tabela 1. Progresso do países rumo ao objective de redução da mortalidade materna

Positivo	Progresso		Progresso Insuficiente	Nenhum progresso
Egipto Eritreia	Argélia Angola Benim Burkina Faso Cape Verde Comoros Côte d'Ivoire República Democrática do Congo Etiópia A Gâmbia Gana Guiné Libéria Madagáscar	Malawi Mali Mauritânia Marrocos Moçambique Níger Nigéria Ruanda São Tomé e Príncipe Senegal Togo Tunísia Uganda Tanzânia	Republica Centro-Africano Djibuti Gabão Guiné-Bissau Quénia Sierra Leone Sudão Zâmbia	Botswana Camarões Chade Congo Lesoto Namíbia Somália África do Sul Suazilândia Zimbabwe

Fonte: WHO et al., 2012.

11. Para acelerar o progresso no continente, as intervenções integradas da saúde materna e da criança, que se concentrem na questão da mortalidade infantil, bem como políticas globais destinadas a resolver as causas subjacentes da mortalidade materna e infantil são importantes.

A África conteve a propagação do VIH/SIDA, Tuberculose e Malária

12. África conseguiu conter e reverter a propagação do VIH/SIDA, registando uma redução nas taxas de prevalência de 5,9 por cento em 2001 para 4,9 por cento em 2011, como resultado de uma forte vontade política, de intervenções focalizadas e da disponibilização da terapia com uso de anti-retrovirais para a maioria da população. Embora a tuberculose e a malária continuem a ser graves ameaças à saúde, a África como um todo conteve a propagação de ambas as doenças. As infecções de tuberculose e as mortes a ela relacionadas reduziram acentuadamente nos últimos anos, tal como aconteceu em relação a casos de malária e mortes a ela associadas. Para estes declínios desempenharam papel fundamental melhores intervenções de prevenção e de tratamento.

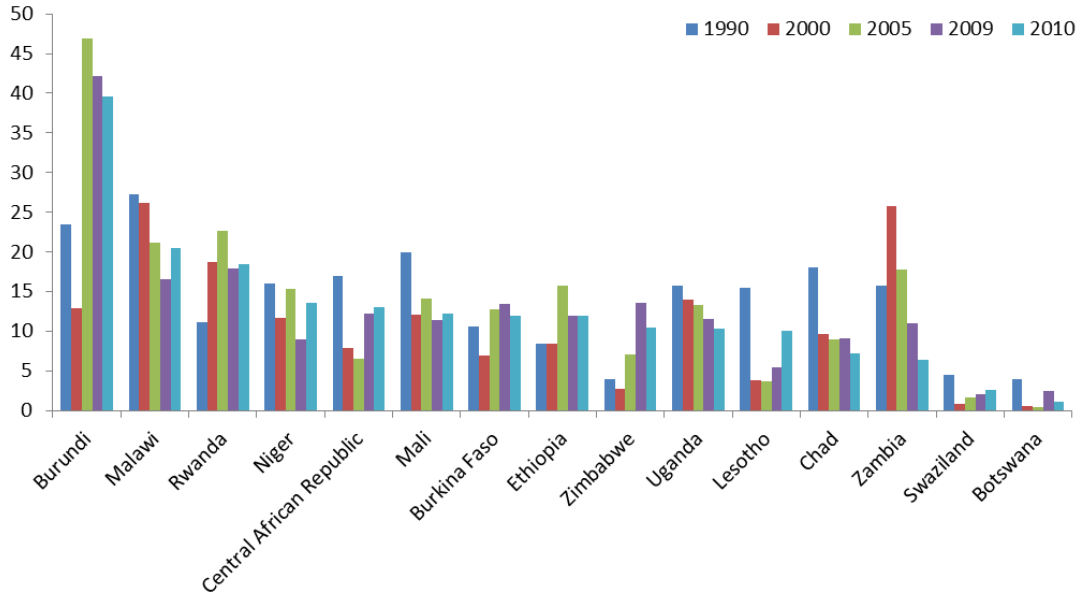
Garantia da sustentabilidade do meio ambiente — progressos desiguais

13. Alcançar e manter a sustentabilidade ambiental é um desafio, especialmente com a ameaça emergente das mudanças climáticas. E a África faz bem em limitar as emissões do CO_2 e substâncias que destroem a camada do ozono, todavia, a cobertura florestal está a encolher, e a maioria dos países se esforçam para cumprir as metas relativa a água e saneamento. Para melhorar o acesso à água e saneamento, os países devem concentrar esforços nas áreas rurais e grupos com rendimento baixo, uma vez que as disparidades de rendimentos urbano-rurais no que diz respeito ao acesso atrasam o progresso.

As Perspectiva Intermédias para os fluxos de ajuda oficial ao desenvolvimento são sombrias

14. É provável que os doadores, que ainda estão aquém de honrar os seus compromissos de ajuda oficial ao desenvolvimento (ODA) aos países em desenvolvimento e menos desenvolvidos, não aumentem substancialmente o financiamento a curto e médio prazos. Como uma percentagem dos seus rendimentos nacionais brutos globais, a ODA para os países em desenvolvimento e menos desenvolvidos, em geral, decresceu 4 por cento em termos reais em 2012, após uma queda de 3 por cento em 2011. Em termos reais, a ODA no âmbito bilateral para a África também diminuiu em 2012. O total da ODA para todos os países em desenvolvimento africanos sem litoral aumentou numa média de apenas 2 por cento em termos nominais durante o período de 2009-2010. Estas tendências podem ser atribuídas, em parte, à crise da dívida soberana e é provável que continuem até 2016. Os cortes na ODA eram evidentes nos países altamente afectados pela crise da zona do Euro, tais como Espanha e Portugal.

Figura 5. Ajuda oficial ao desenvolvimento recebida nos países em desenvolvimento sem litoral, como contribuição dos seu rendimento nacional bruto, abrangendo vários anos (em percentagem)



Fonte: Cálculos sobre UNSD

Comunicações móveis, uma revolução incipiente em África

15. O número de assinantes de utilizadores da telefonia celular móvel nos países africanos continua a crescer de forma constante, tendo aumentando a uma média de 17 por cento entre 2010 e 2011. A África é o mercado de telefonia móvel que cresce mais rápido de todo o mundo. O uso crescente de "*smartphones*" e a descida dos custos de Internet têm contribuído muito para o crescimento constante de internautas em África. Além disso, por através de inovações na área de sistemas de transferência de dinheiro, os telefones celulares revolucionaram as transacções financeiras do continente.

A participação de África no comércio global ainda é marginal

16. Os esforços visando aumentar a participação marginal de África no comércio global através da ajuda ao Comércio e de iniciativas de acesso ao mercado de comércio preferencial produziram resultados diferentes. Nos últimos anos, os compromissos de ajuda ao Comércio e os desembolsos para a África têm vindo a aumentar, porém, os desembolsos sempre estiveram aquém dos compromissos assumidos. Além disso, a proporção das importações dos países desenvolvidos provenientes de África (com franquia) em geral está estagnada, mas aumentou em mais de 50 por cento para 14 países africanos. No geral, a contribuição de África

para o comércio global permanece praticamente inalterada desde 2000, situando-se em cerca de 3 por cento.

Insegurança alimentar — um desafio recorrente

17. África ainda tem de enfrentar o problema de insegurança alimentar, apesar do enorme impacto das capacidades produtivas da sua população. Em 2012, os países africanos, em particular nas regiões Austral, Oriental, Central e Ocidental, tinham o segundo maior Índice Global da Fome do mundo, e a maior parte da região foi identificada como tendo níveis de fome variando de graves para alarmantes. O aumento de variações climáticas, de catástrofes naturais, da instabilidade política generalizada, o aumento populacional, do número de refugiados em várias regiões e a falta de acesso à assistência humanitária têm minado os esforços de recuperação. Os programas regionais e nacionais destinados a fazer face ao desafio da segurança alimentar em África têm mostrado que este é um problema intersectorial que requer uma abordagem integrada. Todavia, as respostas têm sido prejudicadas pela apropriação política, pelo pouco alcance dos programas, bem como pelo pouco envolvimento do sector privado e da sociedade civil.

Seguindo e frente

18. Sem dúvida nenhuma, desde o ano 2000, a África tem vindo a registar progressos substanciais rumo a vários ODM. O Benim, o Egipto, a Etiópia, a Gâmbia, o Malawi e o Ruanda estão a registar progressos especialmente impressionantes. Embora nem todas as intervenções que funcionam nesses países podem ser aplicadas em todos os lugares, as melhores práticas e intervenções políticas bem-sucedidas podem realmente servir de base para intervenções a fazer. É, portanto, imperativo que os países continuem a aprender uns com os outros, para que possam imitar os sucessos e evitar as falhas. Em suma, os países com crescimento sustentado e equitativo, estabilidade política e políticas orientadas para o desenvolvimento humano estão a conhecer sucessos na maioria dos objectivos.

Além dos ODM

19. Com menos de 1000 dias para chegarmos a 2015, o discurso está a mudar de uma atenção exclusiva sobre a realização dos ODM para reflexões e debates sobre a definição de elementos do seu quadro sucessor - a agenda de desenvolvimento pós-2015. O desempenho de África sobre os ODM fornece indicações úteis para esta agenda. Na verdade, consultas regionais em África lideradas pela Comissão da União Africana, Comissão Económica das Nações Unidas para África, Banco Africano de Desenvolvimento e Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas confirmam que a saúde, a educação, a água e o saneamento bem como o meio ambiente continuam a ser áreas altamente prioritárias para os países africanos. Além disso, os participantes gostariam de ver o

crescimento inclusivo que crie oportunidades de emprego e meios de subsistência, especialmente para a juventude do continente. Os intervenientes identificaram a transformação estrutural da economia, o desenvolvimento humano, financiamento e parcerias, bem com tecnologia e inovação, como áreas prioritárias para responder a estes desafios na agenda de desenvolvimento pós-2015.

20. À medida que os países em todos os lugares estiverem a avaliar as suas prioridades para a agenda pós-2015, devem analisar a forma como os ODM contribuíram positivamente e onde fracassaram. Eles devem reflectir sobre os sucessos alcançados e as falhas cometidas nos últimos 15 anos, tanto para poderem se preparar para uma nova agenda de desenvolvimento como para acelerar o progresso rumo aos ODM. Com menos de três anos a percorrer, e com mais atenções viradas para a agenda pós-2015, a África não deve perder o foco sobre o alcance dos ODM.

SC9848

EX.CL/791 (XXIII)
Anexo I

Projecto da Posição Comum Africana sobre a Agenda de Desenvolvimento Pós-2015

Março 2013

I. Antecedentes

Em Setembro de 2000, a Cimeira do Milénio das Nações Unidas aprovou os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) constantes na Declaração do Milénio, que foi assinada por mais de 180 países. O principal objectivo da reunião foi definir metas quantificáveis e com prazos para acabar com o sofrimento humano de fome, miséria e doenças. Com menos de três anos que faltam até o prazo de 2015 para alcançar os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, o progresso de África rumo às várias metas dos ODM continua a ser desigual. Foram registados avanços assinaláveis em alguns indicadores, tais como matrículas líquidas no ensino primário, a paridade de género no ensino primário, a representação das mulheres na tomada de decisão, cobertura de vacina e contenção da propagação do VIH/SIDA.

Apesar dos progressos registados ainda existe muito mais por fazer. De facto, apesar do aumento da taxa de matrícula nas escolas primárias, a qualidade do ensino continua a ser uma preocupação e progresso para os ODM relacionados com a saúde, tais como mortalidade infantil e materna e acesso a saneamento não são suficientes para atingir as metas até 2015. A redução da desigualdade no acesso aos serviços sociais básicos, também continua a ser um desafio crítico para a África e essas desigualdades explicam, em grande medida, o lento progresso do continente na consecução dos ODM relativos à saúde.

O envolvimento limitado de países em desenvolvimento, em geral, e de África, em particular, na formulação dos ODM contribuiu para o fraco sentido de propriedade e o lento progresso que se verifica. Além disso, o facto de que os ODM não estavam alinhados com os programas continentais e nacionais dos países africanos e criou-lhes um encargo adicional, tanto em termos de produção e monitorização de dados.

Em reconhecimento desta lacuna, nós, os Chefes de Estado e de Governo da União Africana, solicitámos que sejam realizadas consultas envolvendo todos os intervenientes, a fim de identificar prioridades africanas que devem constituir a agenda de desenvolvimento pós-2015. Esta posição comum é fruto das várias consultas sectoriais regionais e continentais que foram realizadas ao longo dos últimos dois anos. Nós apresentamos a nossa posição comum perante a 68ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas e apelamos para que seja levada em consideração na elaboração da agenda de desenvolvimento pós-2015, tomando em conta que a África é o continente mais afectado pela pobreza. E oportuno, pois, que tenhamos uma palavra a dizer sobre a forma como o nosso futuro deve evoluir no período pós-ODM.

II. Declaração da Nossa Posição sobre a Agenda de Desenvolvimento pós-2015

Nós, os países africanos,

PREOCUPADOS com o ritmo lento do progresso rumo à realização dos ODM e o lento declínio da pobreza e da fome, devido aos níveis insuficientes e de consistência de crescimento, à incapacidade de sustentar o crescimento económico e a factores tais como altas taxas de crescimento populacional, instabilidade política e conflitos;

IGUALMENTE PREOCUPADOS com o desempenho irregular e desanimador no que diz respeito aos ODM da saúde, em particular as incessantes altas taxas de mortalidade materna e infantil;

RECONHECENDO que alguns países africanos avançam para a realização de algumas metas dos ODM até 2015, mas a África como um todo não irá atingir os ODM, dadas as tendências actuais;

RECONHECENDO os progressos realizados em vários domínios dos ODM, incluindo na educação primária líquida, alfabetização de adultos, contenção da propagação do VIH/SIDA e TB, paridade de género nas matrículas no ensino primário, a participação das mulheres na tomada de decisão e sua representação nos parlamentos nacionais, bem como a vacinação das crianças;

RECONHECENDO IGUALMENTE as contribuições que os ODM têm dado ao desenvolvimento social e económico dos países em todo o mundo, particularmente nos países africanos;

VALORIZANDO os vários compromissos assumidos ao nível continental e internacional para acelerar o progresso rumo à consecução dos ODM em África;

APRECIANDO IGUALMENTE os vários Quadros de Desenvolvimento da UA, tais como a Iniciativa da NEPAD, o Programa de Integração Mínima, o Programa Integrado para o Desenvolvimento da Agricultura em África, e o Programa de Desenvolvimento de Infra-estruturas em África, a Campanha sobre a Redução Acelerada da Mortalidade Materna em África (CARMMA), entre outros, como instrumentos que impulsionam o progresso para a consecução dos ODM e as metas de desenvolvimento de África;

CONSCIENTES dos desafios que impedem a implementação eficaz dos ODM, incluindo a falta de dados para a monitorização constante; a falta de equidade no acesso aos serviços sociais; concentração na quantidade e não qualidade; enfoque desproporcional sobre os indicadores sociais e ausência de ênfase dos sectores

produtivos; e falta de um claro sentido de propriedade e liderança a nível nacional e internacional;

CONSCIENTES do papel limitado que intervenientes africanos desempenharam na formulação da Declaração do Milénio e dos ODM;

CONSCIENTES do deficit de capacidade e de condições impeditivas iniciais existentes em vários países africanos;

PREOCUPADOS com o declínio das nossas culturas africanas e seu impacto sobre a perda de identidade;

CONSCIENTES do papel fundamental da gestão de recursos hídricos e desenvolvimento para a prossecução de uma economia verde inclusiva em África;

RECONHECEMOS que a responsabilidade primária para o alcance dos ODM é nossa, mas que os parceiros internacionais também têm uma responsabilidade fundamental de honrar os seus compromissos e de apoiar as estratégias dirigidas a nível dos países;

DECIDIMOS AGIR SOBRE O SEGUINTE:

DETERMINAR trabalhar juntos para restaurar a dignidade e a identidade de África através da erradicação da pobreza e criação de condições endógenas para a transformação económica, paz, prosperidade e desenvolvimento sustentável.

PRIORIZAR a implementação de agendas de desenvolvimento nacionais e continentais, incluindo a Agenda 2063, como meio para alcançar o desenvolvimento sustentável;

DECIDIR acelerar a materialização dos vários compromissos que assumimos no domínio da integração socioeconómica de África, redução da pobreza, desenvolvimento agrícola, geração de emprego e desenvolvimento humano e social;

ACELERAR a implementação de iniciativas da UA, incluindo a Declaração e Plano de Acção de Ouagadougou de 2004 em relação ao emprego e redução da pobreza, a Decisão de Malabo sobre a Aceleração de Emprego para a Juventude para o Desenvolvimento Sustentável, o Programa para o Desenvolvimento de Infra-Estruturas em África (PIDA), o Programa Integrado para o Desenvolvimento da Agricultura em África (CAADP), a Política Continental do Género, o Plano de Acção de Maputo sobre Saúde Sexual e Reprodutiva e sua CARMMA, Desenvolvimento Industrial Acelerado de África (AIDA), Zona Continental de Comércio Livre da União Africana (CFTA), o Plano de Fabrico de Produtos Farmacêuticos para a África, o

Apelo de Abuja para uma Acção Acelerada para o Acesso Universal ao Serviços de VIH/SIDA, TB, Malária, a Carta Africana de Estatística, a Visão de África sobre a Água 2025, etc.;

E IMPLEMENTAR os nossos compromissos, conforme descrito no Quadro de Acção de Dakar de 2000: Educação para Todos, na Declaração de Abuja de 2001 sobre o VIH/SIDA, Tuberculose e Outras Doenças Infecciosas, na Declaração de Maputo de 2003 sobre Agricultura e Segurança Alimentar, e na Declaração de Sirte de 2008 sobre Agricultura e Água, e para explorar outras opções inovadoras de financiamento do desenvolvimento em África;

COMPROMETER a reorientar o paradigma de desenvolvimento longe de iniciativas externamente orientadas de fora rumo a iniciativas inspiradas e financiadas internamente que se baseiam na apropriação nacional;

ENFATIZAR a criação de oportunidades de emprego decente, especialmente para jovens, mulheres e grupos vulneráveis específicos;

PRIORIZAR a equidade e inclusão social e medir o progresso em termos de disponibilidade e de qualidade da prestação de serviços;

GARANTIR o acesso à habitação adequada, água, saneamento, transportes, comunicações e infra-estruturas para todos;

ALINHAR os resultados da Rio +20 e os resultados de outros fóruns da ONU, tais como a CIPD +20 e energia adequada para todas as iniciativas com os nossos programas de desenvolvimento;

COMPROMETERMO-NOS a promover a mobilização de recursos internos, com o apoio do sector privado a fim de garantir a prestação de contas e sustentabilidade económica, com ênfase na utilização eficaz dos recursos, através do investimento específico;

ASSEGURAR um processo participativo credível que tenha em consideração as diferenças e sensibilidades culturais e incentiva a contribuição de todos os intervenientes para ajudar a aumentar a consciencialização entre os grupos em questão e, consequentemente, garantir o sucesso na implementação de políticas;

FORTALECER as parcerias para o desenvolvimento, incluindo parcerias multissectoriais e cooperação Sul-Sul;

APELAR ao G8 e outros parceiros de desenvolvimento para honrar o seu compromisso de 2005 de disponibilizar 0,7% do seu Rendimento Nacional Bruto

(RNB) como ajuda previsível e instituir medidas específicas para combater a fuga ilícitas de capitais de África.

CONCORDARMOS EM AGIR COLECTIVAMENTE SOBRE AS PRIORIDADES CHAVE A SEGUIR:

1. TRANSFORMAÇÃO ECONÓMICA ESTRUTURAL E O CRESCIMENTO INCLUSIVO

PREOCUPADOS com a contínua dependência de África em produtos primários e a necessidade de criar empregos dignos bem como a capacidade de resistência a choques externos, nos comprometemos a:

A. CRESCIMENTO SUSTENTÁVEL E INCLUSIVO

GARANTIR o crescimento sustentável e inclusivo através de aceleração da taxa de crescimento e diversificação de suas fontes; priorização do desenvolvimento centrado nas pessoas: redução da desigualdade; a criação de empregos dignos; promoção do desenvolvimento rural; e investimento em programas de protecção social fiscalmente sustentável.

B. AGRICULTURA, SEGURANÇA ALIMENTAR NUTRIÇÃO

PROMOVER a agricultura, segurança alimentar e nutrição por meio de: melhoria da produção de alimentos, disponibilidade, acessibilidade, utilização, segurança e qualidade, modernização da agricultura; desenvolvimento de agro-negócios, ligações agro-industriais, integração de pequenos agricultores, incluindo mulheres, na cadeias de valor de agro-negócios; e criação de mecanismos nacionais e regionais de intercâmbio de informações sobre agricultura e segurança alimentar;

C. CRESCIMENTO VERDE INCLUSIVO

PRIORIZAR iniciativas de crescimento verde inclusivo que: criem empregos; facilitem investimentos de adaptação às alterações climáticas; reduzam o desflorestamento, a desertificação e poluição; melhorem a gestão da terra; facilitem o desenvolvimento e implementação de quadros nacionais e continentais para regular a aquisição de terras em larga escala; promovam energias renováveis; e promovam a eficiência de produção, consumo e reutilização de energia;

D. INDUSTRIALIZAÇÃO E ADIÇÃO DE MAIS-VALIA

CRIAR condições favoráveis à industrialização e adição de mais-valia através de: realce do desenvolvimento do sector privado; transformação do sector informal; melhoria da distribuição e reinvestimento da riqueza gerada da indústria extractiva;

desenvolvimento de cadeias de valor em todos os sectores e promoção e implementação de políticas de conteúdo local no sector extractivo;

E. INFRA-ESTRUTURAS E DESEMVOLVIMENTO

DESENVOLVER e manter infra-estruturas fiáveis e acessíveis em áreas rurais e urbanas, com ênfase para água, energia, TIC, e diferentes meios de transporte e IMPLEMENTAR projectos de infra-estruturas regionais que provam o comércio intra-africano e integração regional e continental.

2. INOVAÇÃO, TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA E INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

CIENTES do baixo nível de desenvolvimento de tecnologia em África e da capacidade deficitária do continente no que diz respeito à tecnologia, nós nos comprometemos a:

A. *REFORÇO DAS CAPACIDADES tecnológicas*

DESENVOLVER capacidades tecnológicas através de: promoção da transferência de tecnologia e adaptação, de acordo com as necessidades de desenvolvimento de cada país; criação de um fundo tecnológico africano com finalidade de apoiar sistemas de inovação no contexto do desenvolvimento sustentável; aumento do financiamento para investigação e desenvolvimento; reforço da componente de ciência nos currículos da educação; e melhoria da utilização das TIC.

3. DESENVOLVIMENTO HUMANO

CONSCIENTES da importância do desenvolvimento humano ao processo de desenvolvimento de África e do seu papel crítico na transformação económica, nos comprometemos a:

A. ERRADICAÇÃO DA POBREZA

ASSEGURAR a erradicação da pobreza em todas as suas formas e o autonomização dos grupos vulneráveis, através de: melhoria do acesso à protecção social para mulheres, crianças, idosos, pessoas portadoras de deficiência, populações rurais, deslocados e migrantes, e medidas que garantam que nenhuma família ou indivíduo permaneça abaixo da linha da pobreza.

B. EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO CAPITAL HUMANO

ALCANÇAR excelência na educação e desenvolvimento da capacidade humana por intermédio de: melhoria da qualidade do ensino; melhoria do acesso ao ensino

primário, secundário e técnico-profissional de qualidade; fortalecimento dos currículos do ensino primário e secundário, para incluir desenvolvimento de aptidões para a vida, civismo, sexualidade e educação em saúde reprodutiva; garantia de maiores taxas de aproveitamento em todos os níveis de ensino; reforço da articulação entre o sistema de educação e as exigências do mercado de trabalho e promoção da educação pré-escolar, do ensino superior e do ensino não-formal;

C. *ACESSO UNIVERSAL E EQUITATIVO AOS SERVIÇOS DE SAÚDE DE QUALIDADE*

GARANTIR o acesso universal e equitativo aos serviços de saúde de qualidade através da: melhoria da saúde materna, neonatal e da criança; melhoria do acesso à saúde e direitos sexuais e reprodutivos, incluindo o planeamento familiar; programas específicos para grupos vulneráveis, incluindo crianças, jovens, desempregados, idosos e pessoas portadoras de deficiência; redução da incidência de doenças transmissíveis (VIH/SIDA, Malária e Tuberculose), de doenças não-transmissíveis (incluindo a saúde mental) e de doenças emergentes; o reforço dos sistemas de saúde, incluindo o financiamento para a saúde; melhoria da higiene e do saneamento; reforço da monitorização e avaliação e de sistemas de garantia de qualidade no sector da saúde.

D. *IGUALDADE DO GÉNERO E AUTONOMIZAÇÃO DA MULHER*

PROMOVER a igualdade e autonomização das mulheres através da: melhoria e manutenção do progresso sobre a paridade do género em todos os níveis de educação, com especial ênfase no ensino secundário e superior; criação de um ambiente positivo para as raparigas na escola, incluindo o aumento da representação de professoras; melhoria da mobilidade ocupacional das mulheres e eliminação de desigualdade salarial com base no género; o aumento do acesso das mulheres à e controlo sobre a terra e outros meios de produção; erradicação da violência contra a mulher e a criança e das práticas nocivas tais como mutilação genital feminina e casamento prematuro; e eliminação da discriminação com base no género nos processos políticos e de tomada de decisão;

E. DINÂMICA DAS POPULAÇÕES: DIVIDENDO DEMOGRÁFICO DE ÁFRICA

GARANTIR que a explosão juvenil de África se traduza num dividendo demográfico por meio de: fortalecimento da capacidade empresarial; apoio a empregos dignos e bem remunerados para os jovens; aumento do acesso ao financiamento por parte dos jovens; promoção da participação dos jovens nos processos políticos; erradicação do tráfico de seres humanos; e eliminação do trabalho infantil;

F. GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS

MELHORAR as capacidades e sistemas de gestão de recursos hídricos por meio de: melhoria do acesso à água potável nas áreas urbanas e rurais; garantia de um mundo seguro de água para todos; assegurar e salvaguardar a qualidade da água para todos os fins; melhoria dos serviços de higiene e saneamento nas áreas rurais e urbanas; e melhores sistemas de gestão de águas residuais e da qualidade de água;

G. REDUÇÃO DE RISCOS DE CATÁSTROFES

REFORÇAR a resistência de África a catástrofes através de: investimento em iniciativas de adaptação às alterações climáticas; reforço da capacidade de previsão e de resposta a catástrofes naturais; e implementação da Iniciativa de Solidariedade Africana;

H. ACESSO AO HABITAÇÃO

GARANTIR o acesso à habitação digna e acessível tanto nas áreas urbanas como nas rurais.

4. FINANCIAMENTO E PARCERIA

CONSTATANDO a importância de um financiamento adequado e de um ambiente global favorável para a implementação da agenda de desenvolvimento pós-2015;

E CIENTES da importância da apropriação e prestação de contas aos intervenientes internos;

MELHORAR a mobilização de recursos internos por intermédio de: reforço da intermediação financeira; ampliação da rede fiscal e reforço das capacidades das instituições geradoras de receitas; desenvolvimento de mecanismos de financiamento a longo prazo; redução de fluxos financeiros ilícitos; garantia de uso eficaz dos recursos; melhoria da gestão de planos de seguros e de pensões; e promoção de mecanismos de financiamento inovadores.

MELHORAR a qualidade e previsibilidade do financiamento externo através de: incentivo do reinvestimento dos rendimentos resultantes do investimento directo estrangeiro; redução dos custos de transferência de remessas e reforçar a sua gestão eficaz; mobilização de fontes externas não tradicionais de financiamento, incluindo de filantropos, novos parceiros e fontes externas inovadoras; facilitação do acesso a vários mecanismos globais de financiamento existentes, tais como a Iniciativa para Acelerar a Educação Para Todos (EFA-FTI) e Finanças Climáticas

PROMOVER parcerias mutuamente benéficas através de: assegurar a apropriação, coerência e alinhamento do apoio internacional com as prioridades

nacionais e regionais; trabalhar com os parceiros para desenvolver um quadro global que tome em conta as peculiaridades e prioridades de África; promover parcerias público-privadas; reforço da cooperação Sul-Sul e parceria com as economias emergentes; impulsionar o comércio intra-africano; promover o acesso de África aos mercados globais e garantir o comércio justo; e garantir que a arquitectura de governação global promova a apropriação, liderança e responsabilidade.

5. DESENVOLVIMENTO DE FACILITADORES

RECONHECENDO que a consecução dos resultados prioritários enumerados exigirá um ambiente nacional, continental e global favorável, **E CONSCIENTES** da necessidade de priorizar facilitadores de acordo com as necessidades de desenvolvimento de cada país, nos comprometemos a:

PROMOVER a paz e segurança para evitar a eclosão de conflitos violentos e apoiar os esforços visando resolver o conflito através de medidas que promovam e mantenham a paz e segurança;

IMPLEMENTAR medidas para combater a corrupção, promover boa governação política e económica, transparência e a prestação de contas, e fortalecer a governação local das conquistas de desenvolvimento sustentado;

FORTALECER a capacidade institucional para criar normas positivas e padrões que são vitais não só para assegurar a continuidade na formulação e implementação de políticas, mas também para sustentar os resultados do desenvolvimento;

PROMOVER a igualdade e o acesso à justiça e informação para todos, bem como a protecção dos direitos das minorias e dos grupos vulneráveis, como pré-condição para a sustentabilidade social;

PROTEGER os direitos humanos de todos os cidadãos e garantir a sua participação efectiva e funcional na sociedade;

INCENTIVAR os cidadãos a assumir as suas responsabilidades perante o Estado e a sociedade;

PROMOVER o comércio intra-africano, incluindo através das Zona Continental de Comércio Livre da União Africana;

REFORÇAR as capacidades nacionais em matéria da estatística a fim de medir e avaliar o desempenho e a eficácia das políticas, e **ASSEGURAR** uma cultura de

tomada de decisões com base em evidências e um sistema de monitorização e avaliação eficaz e **GARANTIR** a prestação de contas;

PROMOVER políticas macroeconómicas prudentes, que criem um ambiente propício para o crescimento económico inclusivo, sustentado pela criação de emprego;

INCENTIVAR estados de desenvolvimento que garantam que os imperativos de crescimento a curto prazo estejam ancorados em prioridades de desenvolvimento a longo prazo, tais como a igualdade, sustentabilidade e inclusão social;

DEFENDER uma arquitectura de governação favorável que reforce os princípios do comércio justo, impeça os fluxos financeiros ilícitos e esteja enquadrada pela cooperação e parcerias para o desenvolvimento genuíno;

GARANTIR que os resultados da pesquisa e criação do conhecimento sejam efectivamente integrados nos programas de desenvolvimento.

III. Conclusão

Em conclusão, **NÓS CONCORDAMOS** que a agenda de desenvolvimento pós-2015 seja: convergente com Rio +20; apoiada por outras iniciativas regionais e globais; fundamentada com dados de qualidade; tome em conta tanto os resultados do desenvolvimento e facilitadores de desenvolvimento; apoiada por uma transformação económica, desenvolvimento humano e transferência de tecnologia de inovação e pela pesquisa e desenvolvimento; sustentada por uma apropriação nacional credível; apoiada por liderança e prestação de contas; e avaliada por indicadores que reflectem o acesso a serviços de qualidade.

SC9489

EX.CL/791 (XXIII)
Anexo II

MODALIDADES PARA A CRIAÇÃO DE UM COMITÉ DE CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO PARA A AGENDA DE DESENVOLVIMENTO PÓS-2015

PROJECTO DE TERMOS DE REFERÊNCIA

MODALIDADES PARA A CRIAÇÃO DE UM COMITÉ DE CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO PARA A AGENDA DE DESENVOLVIMENTO PÓS-2015

I. ANTECEDENTES

1. Os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) centraram-se na advocacia global e acções colectivas em torno de um conjunto básico de objectivos, indicadores e metas destinados a reduzir a pobreza e o sofrimento humano. Todavia, os objectivos previstos na Declaração do Milénio não têm sido, em grande medida, materializados, particularmente em África, e é provável que permaneçam assim se as tendências actuais prevalecerem. Com o ano de 2015 se aproximando rapidamente, uma série de iniciativas já foram iniciadas a nível nacional, regional e global a fim de deliberar sobre medidas para acelerar os progressos rumo à realização dos ODM, bem como definir os contornos da agenda de desenvolvimento pós-2015. Em África, o lento progresso em relação ao conjunto actual de metas tornou esta agenda ainda mais urgente.

2. Ciente do papel limitado que os intervenientes africanos desempenharam na definição dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, a Comissão da União Africana (CUA), em colaboração com a Comissão Económica para África (CEA), o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento -Escritório Regional das Nações Unidas para África (PNUD/RBA), iniciou uma série de processos para levar a cabo consultas junto dos países africanos, num esforço para articular uma posição comum africana em relação à agenda de desenvolvimento pós-2015.

3. Na sua 19ª Sessão Ordinária, realizada em Julho de 2012, em Adis Abeba, Etiópia, a Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da União Africana aprovou uma decisão (Assembly/AU/DEC.423 (XIX)) para reforçar o processo, que solicita à Comissão, em estreita concertação com os Estados-membros e as Comunidades Económicas Regionais, a identificar prioridades de África para a agenda de desenvolvimento pós-2015, com o apoio do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), Comissão Económica das Nações para África (UNECA), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - Escritório Regional das Nações Unidas para África (PNUD-RBA) e todos os outros intervenientes.

4. Na sequência da decisão, a Comissão, em colaboração com os seus parceiros, elaborou uma estratégia de consulta e realizou duas consultas regionais e uma continental, envolvendo todos os intervenientes em representação dos governos, Comunidades Económicas Regionais (CERs), Organizações da Sociedade Civil (OSC), bem como representantes de organizações da juventude e da mulher, entre outras, parlamentares, académicos e do sector privado. A Comissão também aproveitou a oportunidade oferecida por outros fóruns, como o fórum do sector privado, a

sexta reunião do Comité de Directores Gerais dos Escritórios Nacionais de Estatística (ENE) e do Mecanismo de Coordenação Regional (RCM) das Nações Unidas, para realizar consultas com diferentes intervenientes.

5. Os resultados dessas consultas, que levarão a uma posição comum africana, serão analisados e aprovados durante a Conferência dos Chefes de Estado e de Governo.

6. Para que África possa falar de uma só voz no debate global que visa definir a agenda de desenvolvimento pós-2015, a Presidente da Comissão, no seu discurso de encerramento, durante a Cimeira de Janeiro de 2013, sugeriu que um Comité de Chefes de Estado e de Governo fosse criado e liderado pela Presidente da Libéria. Isto visa tirar vantagem da posição de Sua Excelência como Co-presidente do Painel de Alto Nível para a Agenda de Desenvolvimento Pós-2015 criado pelo Secretário-geral das Nações Unidas.

II. COMPOSIÇÃO DO COMITÉ

7. O Comité será composto por Chefes de Estado e de Governo em representação das cinco regiões africanas: Oriental, Austral, Ocidental, do Norte e Central.

III. TERMOS DE REFERÊNCIA

8. O Comité terá as seguintes funções:

- Apoiar e sensibilizar os líderes africanos sobre os princípios, elementos e prioridades da posição comum africana na agenda do desenvolvimento pós-2015;
- Apoiar os membros do Painel de Alto Nível (PAL) africano para que sirvam como defensores da posição comum africana;
- Apoiar os membros africanos do Grupo de Trabalho Aberto sobre os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS);
- Apoiar as organizações sectoriais que representam África, incluindo organizações não-governamentais, organizações da sociedade civil, sector privado, etc.;
- Criar consenso entre os intervenientes africanos;
- Criar uma aliança regional sobre as posições comuns africanas;
- Apoiar os co-presidentes e outros membros do PAL;
- Apoiar os membros não-africanos do Grupo de Trabalho Aberto sobre os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS);
- Criar alianças intercontinentais sobre a posição comum africana;
- Organizar eventos paralelos sobre a posição comum africana durante a Assembleia Geral da ONU e outros fóruns globais;
- Assegurar que a posição comum africana seja reflectida nos ODS;

- Fornecer liderança na tradução das prioridades africanas em metas.

IV. MODUS OPERANDI

i) O Comité irá reunir-se uma vez ao mês até Setembro de 2013 e, posteriormente, numa base trimestral até Setembro de 2015.

ii) O Comité de Chefes de Estado e de Governo será assistido pela Comissão da União Africana com o apoio do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Escritório Regional das Nações Unidas para África e Comissão Económica para África (UNECA).

iii) Todas as despesas relacionadas com a organização de reuniões do Comité serão custeadas pela CUA e seus parceiros tais como o BAD, o PNUD e a CEA.

iv) Com base na prática actual, as despesas inerentes à participação do Presidente e dos membros do Comité (viagens aéreas, ajudas de custo, etc.) devem ser suportadas pelos Estados-membros a que pertencem.

v) As despesas de viagem e ajudas de custo dos membros do Secretariado serão custeadas pelas suas respectivas instituições.

AFRICAN UNION UNION AFRICAINE

African Union Common Repository **http://archives.au.int**

Organs Council of Ministers & Executive Council Collection

2013

Relatório Da Comissão Sobre A Agenda De Desenvolvimento Pós-2015:Rumo A Uma Posição Comum Africana E Modalidades Para O Estabelecimento De Um Comite De Chefes De Estado E De Governo Sobre Agenda De Desenvolvimento Pós-2015

União africano

União Africano

http://archives.au.int/handle/123456789/4046

Downloaded from African Union Common Repository